

1995: Dilemas da política econômica

Economia
Brasil

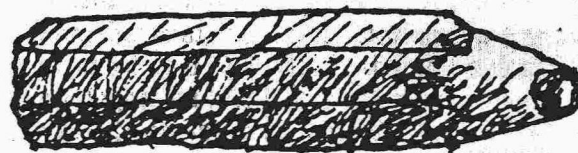
CLAUDIO MONTEIRO CONSIDERA*

O recente desastre da economia mexicana e o crescente risco de que algo semelhante possa vir a ocorrer com a Argentina alertaram a sociedade brasileira de que não existem milagres. A estabilização da economia brasileira, a retomada do crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento social estão ainda longe de ser obtidos e só serão conquistados com muito esforço e sacrifício, além, evidentemente, de uma esperada competência dos responsáveis pelas áreas política e econômica.

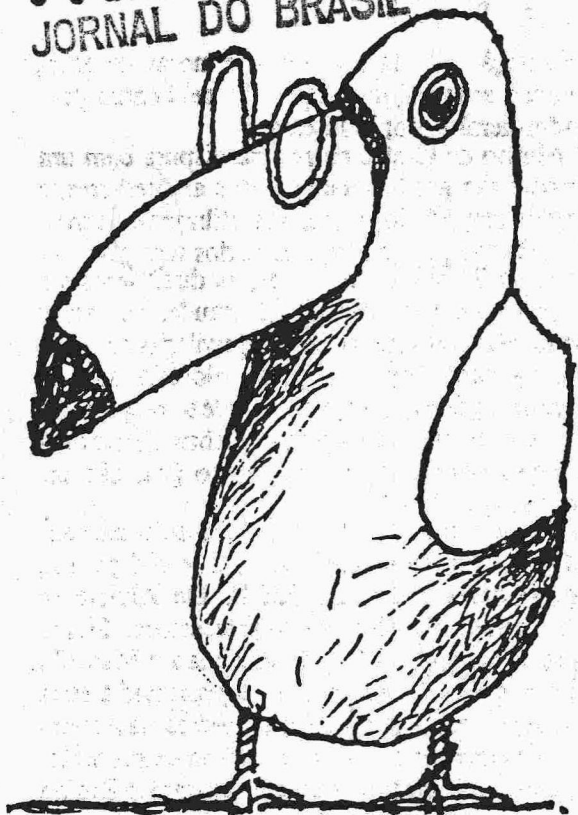
A euforia com os resultados de 1994, referentes ao crescimento de cerca de 5% do PIB, crescimento dos salários de 7,5% e ampliação das vendas no comércio varejista em 20%, deram rapidamente lugar ao nosso habitual pessimismo, quando se conheceram os resultados deficitários da balança comercial. Eles acusaram nos meses de novembro e dezembro, excesso de US\$ 1 bilhão e 300 milhões das importações sobre nossas exportações. Nem mesmo o relativo sucesso no controle da inflação foi capaz de amenizar a ansiedade dos mais alarmistas, com receio do chamado efeito *tequila*.

Não somos México nem Argentina, e vir a sê-lo está, em grande medida, nas nossas mãos determinar. Somos a 10ª economia industrial. Há seis anos iniciamos política de redução de tarifas dentro das negociações da Rodada Uruguai do Gatt, que adaptou nossa economia à necessidade mundial de maior competitividade. Como consequência, a indústria brasileira elevou substancialmente sua produtividade nos últimos três anos: renegociamos nossa dívida externa e temos acumulado reservas (US\$ 37 bilhões, dos quais apenas US\$ 15 bilhões são capitais de curto prazo), principalmente através de substancial superávit nas transações correntes, graças a saldos comerciais superavitários (exportações maiores do que importações), que têm sido superiores aos saldos deficitários na balança de serviços (lucros, juros, *royalties*, patentes etc.). Nossas reservas, aplicadas no mercado internacional de capitais, geram um contra-senso: uma economia ainda carente de recursos, como a brasileira, tem sido responsável por financiar o desenvolvimento de outros países, ao invés de ser financiada.

Se estamos, em muitos aspectos, em melhor situação do que nossos vizinhos, não se pode dizer o mesmo em relação ao ajuste fiscal. Isto representa, de certa maneira, um alento e um desafio — ainda temos este cartucho para gastar. Controlar os gastos do governo, aumentar a carga tributária, privatizar e desindexar a economia são pontos que ainda devem ser explorados.



30 JAN 1995
JORNAL DO BRASIL



Esse simples quadro de resultados do desempenho econômico no ano que passou chama a atenção para as questões que teremos de enfrentar no decorrer de 1995. Genericamente, a meta básica da política econômica de um país ainda pobre como o Brasil é crescer. Com isso, elevam-se o nível de renda e de emprego e, consequentemente, o bem-estar da população. Nos últimos 14 anos, essa meta deu lugar a outras emergências: equilibrar as contas externas do governo e combater a inflação. Esses são objetivos permanentes da política econômica. A diferença é que, agora, temos clara consciência de que não há possibilidade de crescimento sustentado sem que o conflito entre esse objetivo e os demais sejam perfeitamente equilibrados.

Senão, vejamos. O Brasil tem capacidade de crescer até 10% no ano de 1995. Com isso, o emprego, os salários, o consumo e o investimento aumentariam. Entretanto, a inflação dispararia e, certamente, geraria-se um brutal déficit na balança comercial, devido à necessidade de importação de matérias-primas, bens de capital e de consumo. Com a inflação, as contas do governo voltariam a apresentar agudíssimo desequilíbrio, sem que o ajuste fiscal tivesse sido realizado. A *ressaca* viria em 1996 e nos anos seguintes, com recessão e desemprego. Não se trata de mera manifestação de pessimismo. Já ocorreu na economia brasileira, como por exemplo na euforia de 1980, com as consequentes recessão e inflação de 1981 a 1983.

Em muito menor escala, o desempenho no festejado ano de 1994 é um alerta. No início do ano, economistas, conscientes de que um plano de estabilização estava em curso, previam que 1994 não repetiria 1993 — o crescimento de 5% à época anunciado. Na verdade, superou — no meio do ano o IBGE corrigiu essa taxa para 4,2%. A indústria cresceu, desde agosto, primeiro mês pós-real, acima de 10% todos os meses, quando comparados com igual mês de 1993. Ela continua, nesse início do ano, excessivamente aquecida. As consequências estão claras para quem quiser enxergar: déficit na balança comercial no último bimestre do ano passado, perspectiva de algo semelhante no primeiro trimestre deste ano e inflação acumulada pós-real de 18,3%. Um bom resultado, que anualizado, porém, dificulta o objetivo de desindexar a economia. Ademais, este resultado só foi conseguido graças aos déficits comerciais já ocorridos e aos prováveis do início do ano.

O ano de 1995 apenas começou. Crescimento moderado, déficit comportado nas transações correntes, de maneira a voltarmos a ser financiados pelo resto do mundo, inflação baixa, que possibilite a desindexação da economia, privatização, aumento da arrecadação e redução dos gastos do governo são as metas desejáveis. Em outras palavras, e apenas a título de ilustração, para manter-se em cima do muro, do qual de um lado estão recessão e desemprego e do outro crescimento acelerado, inflação, e déficit pronunciado nas transações correntes, será necessário algo mais do que a tão propalada (pelos seus críticos) prudência tucana. Serão necessários toda a competência já demonstrada pela equipe econômica e o engenho e arte dos articuladores políticos.